Positivismo e construção de modelos na Antropologia

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Barry Hindess, um *Lecturer* em Sociologia na Universidade de Liverpool, e autor de alguns livros de indiscutível interesse, como *The Decline of Working Class Politics* (1971), *The Use of Official Statistic in Sociology* (1973) e *Pre-Capitalist Modes of Production* (1975), este último escrito por P. Q. Hirst (e já traduzido para o português — Zahar, 1976), incursiona agora, com este seu *Philosophy und Methodology in the Social Sciences* (1977) *, no campo da filosofia e da metodologia em ciências sociais com um objetivo bem delineado: a demolição da epistemologia e dos diferentes racionalismos e empirismos que lhe dão guarida. Propõe-se, assim, a uma crítica das epistemologias fenomenológicas (Weber, Schutz e Husserl) e positivistas (Mill, Mach, Carnap e Popper) seguindo aproximadamente uma linha althusseriana, ou nela se inspirando. Sua crítica recai sobre algumas modalidades de positivismo que se manifestam num conjunto selecionado de autores, especialmente filósofos e lógicos, e num ou noutro cientista social. Max Weber é o sociólogo que merece sua maior atenção, cabendo a Parsons e a um antropólogo como Lévi-Strauss referências quase episódicas. Em última análise, seu livro pretende ser uma anátema contra toda e qualquer epistemologia, por ele definida como "a teoria em que o conhecimento é concebido em termos de *uma distinção e uma correspondência* entre dois reinos", entre

> o reino de conhecimento, de proposições, conceitos, crenças, etc. e um reino de objetos, variadamente concebidos como "objetos reais", fenômenos, experiência, "dados-de-percepção sensorial", "o dado", etc. (p. 4).

---

* New Jersey, Humanities Press Inc., Atlantic Highlands, 1977.

A epistemologia seria assim uma disciplina comprometida desde os seus primórdios com a essência da postura positivista. A separação desses dois reinos, que de nenhum modo é inerente apenas ao empiricismo, mas está presente na própria origem do racionalismo, como o cartesianismo comprova eloqüentemente, é responsável, segundo Hindess — e com ele há de se concordar — pela maioria dos equívocos encontrados nas filosofias e nas metodologias das ciências sociais.

Entretanto, nem sempre o Autor consegue demonstrar esses equívocos, limitando-se com uma freqüência surpreendente a acusar de irracionalistas, dogmáticos ou especulativos todos os autores que toma para exame. É assim que, sobre Weber, conclui dizendo que "Mesmo ao nível mais técnico, a metodologia de Weber falha totalmente ao escapar do relativismo e irracionalismo de sua mais geral epistemologia e metafísica" (p. 48); sobre Schutz conclui o capítulo a ele dedicado afirmando que "a ciência social de Schutz não é ciência". E com certa razão completa:

> É um produto complexo de seu humanismo, uma ideologia teórica ratificando em seus "resultados" sua própria premissa necessária e inquestionável: de que "o pensamento objetivo do mundo" pode ser reduzido ao comportamento de indivíduos. O custo de seu humanismo é um mundo social em que não há leis sociais ou históricas; no qual não há possibilidade de ação política racional (p. 77).

Quanto a Husserl, Hindess não é menos cáustico, ainda que lhe reconheça uma dimensão filosófica extraordinariamente rica, jamais compreendia por Schutz que pretendeu introduzi-lo na sociologia norte-americana. Embora pareça compreender o rigor do anti-psicologismo de Husserl, interpreta-o como "uma epistemologia" que não apresenta soluções aos próprios problemas que coloca,

> caindo numa filosofia especulativa da história que com seu modo de causalidade expressiva e a conseqüentemente necessária recusa das ciências é o último refúgio teórico da categoria empiricista do sujeito (p. 112).

Se a crítica de Hindess a Weber e, sobretudo, a Schutz apresenta alguns pontos bastante sugestivos, como o leitor poderá por si próprio avaliar, a crítica que dirige a Husserl empobrece enormemente o filósofo, praticamente caricaturizando-o de forma a torná-lo irreconhecível.

Os quatro capítulos seguintes percorrem outra gama de "irracionalismos" e "especulações" — para o Autor mais claramente positivistas e empiricistas do que os considerados nos capítulos anteriores e menos "escamoteados" pelo manto da fenomenologia. Essa pelo menos é a idéia que Hindess parece pretender dar ao leitor. Ao caracterizar o lugar do "fato" e da "teoria" no positivismo, toma a obra de Mill, *A System of Logic,* juntamente com a de Mach, *The Analysis of Sensations,* e *The Logical Structure of the World,* de Carnap, para mostrar que, malgrado as respectivas epistemologias que elas supõem apresentarem alguma diversidade — das mais cruas, como a de Mill e a de Mach, às mais sofisticadas, como a de Carnap —, todas se inserem num tipo de positivismo onde "nenhuma posição epistemológica coerentemente lógica e racionalmente defensável pode ser estabelecida" (p. 134). E antes de se encaminhar para uma avaliação sistemática de Popper — que fará no penúltimo capítulo do livro —, detém-se a examinar o que chama de *"the epistemology of model-bulding"*, apoiando-se para tanto — entre outros autores — em algumas passagens de Lévi-Strauss (especificamente na versão inglesa de seus livros *Anthropologie Structurale e La Pensée Sauvage,* e trazendo a antropologia, ainda que por um momento, ao centro de suas preocupações. A epistemologia de que se trata aqui está estritamente vinculada à construção de modelos, sendo definida como uma disciplina em que "o conhecimento científico é mencionado para ser produzido através da construção e manipulação de modelos" (p. 142). Também tal epistemologia não escapa a uma avaliação taxativa, segundo a qual ela "representa uma forma de concepção empiricista de conhecimento que é tão vaga e imprecisa quanto vazia" (p. 163). Voltaremos a isso adiante. No capítulo seguinte, Hindess trata de Popper, de sua teoria da ciência e de sua metodologia, denominada de "criticismo racional". É certamente o seu melhor capítulo, enquanto procura desmontar a epistemologia popperiana, para diagnosticá-la como sendo profundamente dogmática.

> Não há senão fé cega e dogmatismo vazio para apoiar a perspectiva segundo a qual o "criticismo racional" contribui para o crescimento do conhecimento. Na ausência de tal fé deve parecer que o jogo da ciência é inteiramente destrutivo: pode mostrar que as teorias são falsas mas nada têm de positivo a oferecer. Porém, — questiona Hindess — sempre poderá mostrar que as teorias são falsas? A doutrina das decisões metodológicas de Popper e seus reparos sobre a função do treino dos cientistas sugere que o processo do teste dedutivo pode não prover bases racionais para a rejeição de qualquer teoria

> que não resista ao teste. Vimos — continua Hindess — que nenhum teste pode ser sempre logicamente conclusivo de modo que a "refutação" de uma teoria é um assunto de decisões, convenções e formas de treino (p. 179-180).

Os argumentos que Hindess aduz como sustentação de sua crítica a Popper nos parecem bastante pertinentes e podem revelar ao leitor aspectos não negligenciáveis do que se poderia chamar — talvez contra o próprio projeto de Hindess — uma "boa leitura epistemológica".

Em primeiro lugar, parece que Hindess não se apercebeu inteiramente de que, ao criticar tão sistematicamente as intervenções da epistemologia e da filosofia nas ciências socais, acabou por cometer igual intervenção, tratando largamente das ciências sociais baseado, quase que exclusivamente, em filosofias, epistemologias e metodologias e não na análise de discursos efetivamente científicos, qualquer que seja a concepção de ciência que o autor (eventualmente examinado) possa ter. É assim que Hindess concentra seu fogo contra o empirismo e o positivismo que vicejam entre autores que *falam* sobre ciência, mas não a *fazem;* é o caso de Husserl, de Carnap, de Mach, de Schutz, de Popper. Em segundo lugar, quando trata daqueles que têm por ofício a produção da ciência, como Weber, Parsons ou Lévi-Strauss, deles focaliza unicamente seus trabalhos teórico-metodológicos (portanto limitando-se o nosso Autor a uma proposta nitidamente epistemológica) e deixando de lado suas monografias, seus trabalhos substantivos. É certo que são autores convidativos para esse tipo de reflexão, uma vez que eles, por si próprios, jamais se furtaram a discutir a questão de *como* conhecer e qual a especificidade do conhecimento sociológico (*vis à vis* antropológico). Porém, caberia perguntar se com a separação artificial desses autores de suas obras substantivas não se estaria encaminhando o leitor menos avisado a "julgar" tanto Weber e Parson como Lévi-Strauss exclusivamente pelos aspectos epistemológicos de suas obras? Contra isso, creio que o leitor deve se precaver. Pois deve ter em mente que Hindess não quer demolir apenas *as* epistemologias e metodologias examinadas; quer demolir *a* epistemologia e *a* metodologia. Programa — temos de concordar — consistente com uma postura teórica segundo a qual é na *história* de uma disciplina que temos condição de avaliar as condições e os limites de sua eficácia na construção do conhecimento. Vejamos a sua proposta com suas próprias palavras:

> Eu não proponho qualquer metodologia ou epistemologia como alternativa às posições criticadas aqui. Ao contrário, eu argumento que os problemas que essas disciplinas colocam são falsos problemas e que eles surgem somente como uma função de uma concepção de conhecimento que pode ser mostrada como sendo fundamentalmente e inevitavelmente incoerente. A epistemologia e doutrinas derivadas, tais como a metodologia e a filosofia da ciência, não tem fundamentação racional ou coerente. Em particular, pois, não pode haver metodologia prescritiva racional ou coerente (p. 2).

Certo; mas até que ponto as metodologias e as epistemologias examinadas, aplicadas pelos sociólogos e pelo antropólogo "comprometeram" efetivamente os resultados científicos alcançados? Todos os resultados? Alguns? Quais? As respostas a essas perguntas — que certamente não interessaram a Hindess — seriam fundamentais, sobretudo para demonstrar em cada caso a que ambigüidades e "incoerências", "doutrinas filosóficas" e "prescrições metodológicas" pode levar a pesquisa concreta.

Por outro lado, em sua argumentação contra "todas as formas de epistemologias", Hindess se apoia em Althusser e desenvolve suas idéias no último capítulo do livro, cumprindo o que promete na introdução:

> Uma crítica conclusiva da epistemologia em todas as suas formas foi esboçada por Althusser em sua análise da estrutura da "concepção empiricista de conhecimento". (...) Para os propósitos desta Introdução é suficiente dizer que o conceito de Althusser de "concepção empiricista de conhecimento" designa uma concepção que contrapõe sujeito a objeto, conhecimento a ser, teoria a fato, e assim por diante, e que representa conhecimento genuíno como uma função de um processo que transpõe a distinção entre conhecimento e objeto (p. 5).

Nesse sentido, toda e qualquer epistemologia toma uma ou outra, quando não várias dessas oposições. A concepção de conhecimento para tais epistemologias seria, assim, "uma função da forma particular" em que essas oposições são concebidas. Porém, Hindess mesmo concordando com essa visão althusseriana da epistemologia, não a isenta de desvios racionalistas, contra os quais — segundo o nosso Autor — há de se precaver.

> Eu não proponho uma teoria do discurso como a realização de um *logos*. Ao contrário, tenho argumentado que a concepção racionalista da produção do discurso teórico é meramente um caso particular de uma concepção racionalista mais geral de ação em que o mundo, ou alguma parte particular dele, é concebido como a realização da idéia (p. 227).

Althusser parece não escapar dessa tentação em sua interpretação do marxismo, conforme conclui Hindess:

> Esse colapso de um dos mais sofisticados intérpretes contemporâneos do marxismo e a crítica mais rigorosa da epistemologia clássica numa racionalista, e por conseguinte idealista, concepção da produção do discurso teórico pode servir — conclui Hindess — como índice dos perigos com que nos confrontamos nesta área (p. 228).

O que dizer desse até certo ponto surpreendente livro? Preliminarmente, há de se concordar que o seu aparecimento no meio anglo-saxão é por si só altamente saudável, pois é dentro das próprias hostes do positivismo e do empiricismo que surge uma crítica tão decidida. Tem a seu favor o fato de não se furtar a submeter à mesma crítica nenhum dos autores referidos, nem sequer Althusser — seu maior inspirador no programa anti-positivista a que se propôs. A crítica que devota sistematicamente a todas as manifestações daquelas posturas epistemológicas que hostiliza não é, entretanto, suficientemente cuidadosa e suficientemente conclusiva para não nos deixar num mar de interrogações inevitáveis. A impressão que Hindess nos dá em muitas de suas críticas — ainda que não em todas certamente — é que elas são tão apressadas e simplificadas quanto, em alguns casos, extremamente superficiais. A que dedica a Husserl por exemplo — salvo melhor juízo — parece cair nesta última categoria. Mas quanto à que faz a Lévi-Strauss, não temos dúvida nenhuma sobre seu simplismo. Como se trata do único antropólogo a ter atraído a atenção do nosso Autor, urge que reflitamos um pouco sobre isso.

A rigor, Hindess não é nada original em sua "descoberta" que poderia ser resumida em dois pontos: primeiro, que para Lévi-Strauss os fatos devem ser cuidadosamente descritos sem qualquer "preconceito teórico", afirmação que para Hindess revelaria uma postura basicamente positivista na medida em que implicaria uma não orientação da coleta de dados pela teoria. Segundo, que o inconsciente — de papel tão preponderante na teoria estruturalista — só se sustentaria à base de uma postura epistemológica naturalista, articulando as determinações sociais, psicológicas e genéticas (estas, provavelmente, via córtex cerebral); também aqui não só o conhecimento mas a realidade objeto de conhecimento seria, em última análise, a própria natureza: "o funcionamento inconsciente do pensamento pode gerar conhecimento unicamente porque suas estruturas correspondem a certas características do mundo" (p. 161). Con-

ceda-se a "descoberta" mas reconheça-se, por outro lado, que esses aspectos ditos positivistas na obra de Lévi-Strauss não podem ser tomados isoladamente e *in abstracto* sem o risco de reduzirmos o antropólogo a características que não lhe são absolutamente centrais. O que lhe é central — e Hindess não aponta — é o privilegiamento, ou o reinado quase absoluto, da razão analítica em detrimento, quase uma anulação, da razão dialética. O positivismo de Lévi-Strauss está aí, num tipo de *racionalidade* tão bem criticado por Sartre em sua *Critique de la Razon Dialectique*, não nesse empiricismo dos modelos que nosso autor pretende ver em Lévi-Strauss. O uso que Lévi--Strauss faz da noção de modelo — que Hindess viu através desse viéz — revela algo que nos parece fundamental para diferenciá-lo do usuário típico — positivista e empiricista — dos modelos.

O anátema de "empiricista" aplicado a Lévi-Strauss e a todos os outros que se filiam — segundo Hindess — à "epistemologia de construção de modelos", repousa nessa ordem de argumentos. Uma argumentação desse tipo dirige a crítica apenas num ponto do estruturalismo que, sobre ser relevante, em absoluto pode se constituir no foco privilegiado de uma crítica mais consistente ao uso da noção de modelo. Pelo menos há de se admitir que o assunto é bem mais controvertido do que poderia parecer ao nosso Autor. Críticas mais penetrantes vamos encontrar, por exemplo, em autores como Dan Sperber ('Le Structuralisme en Anthropologie", in *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris, Seuil, 1968) ou como Alain Badiou *Le Concept de Modèle*. Paris, Maspero, 1968), este último, aliás, citado por Hindess, porém, ao que podemos inferir, por ele muito pouco aproveitado. Para Badiou as demonstrações de Lévi-Strauss através do uso que faz de modelos estariam comprometidas com um mascaramento ideológico de um conceito de ordem lógico-matemática que não o habilita a pretender a cientificidade (cf. *Pierre Cressant, Lévi-Strauss*. Paris, Editions Universitaires, 1970, p. 87, autor, por sinal, de uma interessante leitura althusseriana de Lévi-Strauss). A crítica de Badiou não contesta apenas Lévi-Strauss, mas a própria noção de modelo e ela é perfeitamente conseqüente com suas bases althusserianas. Já Sperber, sem destruir a noção de modelo, tenta recuperá-la revelando apenas o caráter pouco rigoroso de seu uso por Lévi-Strauss. As críticas assim se dividem entre a acusação de um positivismo evidenciado pelo uso de modelos e a de uma aplicação pouco rigorosa (pouco positivista?) desses mesmos modelos. Pierre Cressant articula todas essas críticas e, certamente, é bem mais feliz do que Hindess. Recomendamos por isso ao leitor o roteiro indicado por

Cressant como uma boa alternativa a uma crítica mais segura ao uso de modelos na antropologia estrutural.

Finalmente, caberia acrescentar apenas — para não nos alongarmos mais nestes comentários — que as interpretações sobre o uso de modelos por Lévi-Strauss não se esgotam nas que, como as aqui tratadas, vêem na construção de modelos um pecado positivista destinado à eterna expiação. Refiro-me especialmente à leitura que Maurice Godelier nos dá de Lévi-Strauss e que, fosse ela levada em conta, quem sabe teríamos tido um desenvolvimento do assunto bastante diferente daquele que Hindess nos ofereceu. Em primeiro lugar, Godelier não toma o modelo separado da noção lévi-straussiana de *estrutura;* em segundo lugar, procura apartar-se daquilo que chama de "empirismo idealista" a que se filiam autores como Leach que negam à estrutura qualquer realidade. Assim escreve Godelier:

> ... para Lévi-Strauss como para Marx, as estruturas não são realidades diretamente visíveis e observáveis mas níveis da realidade que existem além das relações visíveis dos homens entre si e cujo funcionamento constitui a lógica profunda de um sistema social, a ordem subjacente a partir da qual deve-se explicar sua ordem aparente.

E continua Godelier reportando-se ao texto que tem servido de ponto de sustentação da "epistemologia de construção de modelos" de que nos fala Hindess:

> É este o sentido da célebre fórmula de Lévi-Strauss que Leach e certos estruturalistas quiseram interpretar em um sentimento idealista e formalista privilegiando a primeira frase em detrimento da segunda: "O princípio fundamental é que a noção de estrutura social não se liga à realidade empírica mas aos modelos construídos em conformidade com esta. As relações sociais são a matéria prima empregada para a construção de modelos que tornam *manifesta* a própria estrutura social" (Godelier, "Anthropologie et Economie", in *Horizon, trajets marxistes en anthropologie.* Paris, Maspero, 1973, p. 57).

As controvérsias estão aí e para o leitor interessado na construção do conhecimento nas ciências sociais em geral e na antropologia em particular, *Philosophy and Methodology in the Social Sciences* — em que pesem as reservas que fizemos e todas as interrogações que propusemos ao longo desses comentários — deverá ser um livro estimulante. Ao leitor especialmente voltado para as questões epistemológicas propostas pela antropologia estrutural, a incursão do Autor na crítica a Lévi-Strauss teve o mérito, ao menos, de nos chamar

a atenção sobre a existência do perigo positivista inerente em epistemologias devotadas à construção de modelos. A distinção evocada por Bourdieu e seus associados (P. Bourdieu, J-Cl. Chamboredon e J-Cl. Passeron, *Le Métier de Sociologue*. Paris, Mouton, 1973, p. 76) entre "modelos miméticos", concernentes a relações de semelhança, e "modelos analógicos", concernentes a relações analógicas, os primeiros aplicados na reprodução do objeto em sua *exterioridade* e os segundos dedicados à apreensão dos princípios subjacentes, *interiores* à realidade que interpretam, oferece-nos uma via bastante fecunda para discernirmos importantes diferenças no uso da noção de modelo, ampliando com isso a visão um pouco estreita que nos oferece Hindess. Enquanto o modelo mimético estaria comprometido com uma inevitável postura positivista, o analógico não, necessariamente. No caso de Lévi-Strauss, o uso claro que faz do modelo analógico parece, ainda, envolver uma posição teórica prévia, precisamente aquela que nos habituamos a cunhar de "teoria estruturalista", responsável por um conceito de realidade social e de como conhecê-la, e onde a própria noção de estrutura, sobrepujando a de modelo — mesmo analógico — é crucial.

> Seguindo Rousseau, e de forma decisiva, Marx ensinou, observa Claude Lévi-Strauss, que a ciência social não se baseia no plano dos acontecimentos tanto quanto a física a partir dos dados da sensibilidade: a finalidade é construir um modelo, estudar suas propriedades e as diferentes maneiras em que ele reage no laboratório, para aplicar em seguida estas observações na interpretação daquilo que se passa empiricamente (*Tristes Tropiques*, Paris, Plon, 1956, p. 49, *apud* Bourdieu et alii, o.c., p. 77).

Ao categorizar tudo isso com o estigma de empiricista ou de positivista, arrisca-se o Autor a cair num simplismo inaceitável, quando não numa falácia que o leitor, por certo, haverá de elidir.